

APROXIMAÇÕES ENTRE A ÁRVORE DAS PALAVRAS E OS NOVOS OBJETOS DA HISTÓRIA

Jackson Manoel Franchi Gonçalves (FURG)

Analizamos o romance *A Árvore das Palavras*, de Teolinda Gersão, na perspectiva de um estudo interdisciplinar entre literatura e história. Problematizamos como os novos objetos de estudo da história são trabalhados na narrativa enfocando na questão da marginalidade – na posição marginal em termos históricos dos personagens e não nas suas construções literárias. Assim, dissertaremos sobre nossas escolhas teóricas, elaboraremos um breve resumo do livro para interpretá-lo no que se refere à construção histórica pelo discurso literário das personagens Gilda e Amélia.

A árvore das palavras foi publicado em 1997 em Portugal e no Brasil em 2004. O romance se passa, na maior parte de sua narrativa, na sociedade colonial moçambicana, especificadamente na cidade de Lourenço Marques e de forma menor, também é explorado o espaço português. Ele é dividido em três partes com narradores diferentes: na primeira Gita narra sua infância e na terceira a passagem de sua adolescência para a vida adulta; já na segunda parte um narrador em terceira pessoa narra à história de Amélia – mãe de Gita – tanto em Portugal como na África.

Consideramos romance histórico nos marcos da metaficção historiográfica. Referenciamos autores: Ainsa (1996) e Hutcheon (1988) em seus conceitos acerca da metaficção historiográfica. O teórico aborda o que ele chama de “novo romance histórico” na América Latina dissertando sobre o discurso dos romances históricos nas suas escolhas historiográficas contrárias a história tradicional e a autora aborda a aproximação das duas áreas e também sobre a oposição entre o romance histórico difundido no século XIX e as produções pós-modernas.

Ainda em seu ensaio *Nueva novela historia y relativización del saber historiográfico* fala sobre o novo romance histórico e o saber historiográfico. Enfocaremos no discurso literário em oposição à história tradicional, a inclusão da voz dos esquecidos e a polissemia do discurso historiográfico. Esse ensaio diz respeito a romances publicados na América Latina, mas compreendemos que é possível utilizar algumas de suas reflexões para a literatura portuguesa com temática histórica e pós-colonial.

No contexto da América Latina Ainsa crê que a ficção que repensou o período da conquista. Isso se deveu a vários fatores que podemos resumir em dois: a renovação do saber histórico na Europa com a nova história e a narrativa que na região “ha cumprido tradicionalmente una importante función crítica” (AINSA, 1996:10). Esse discurso ficcional

passou a investir nos silêncios das versões oficiais e por e dúvida a ideia de verdade desses discursos mediado pela vocação subversiva da ficção.

Dentro desse discurso de ler o passado por outros enfoques os escritores passaram a dar voz ao silenciados, esquecidos, perseguidos a partir da missão de “asaltar la historia oficial” (AINSA, 1996:12). Para dar essa voz a ficção desenvolveu uma releitura crítica com base num pensamento interdisciplinar com as ciências sociais e o próprio conhecimento histórico relativizado e interdisciplinar. Nesse contado de diferentes áreas do saber nas ciências sociais estruturou um discurso polissêmico e problematizador em grande parte com aproximações com a história problema e história total dos Anales na França. Ainsa especifica dentro dessa historiográfica europeia a micro histórica como a mais próxima da narrativa ficcional.

Hutcheon ao falar da metaficção historiográfica traz a questão da separação entre literatura e história. Ela disserta que preteritamente elas que eram ramos da mesma árvore e com a história científica do século XIX elas se separam enquanto que na pós-modernidade as recentes leituras críticas têm aproximado o que as duas escritas têm em comum. Além de abordar a diferenciação do romance histórico pós-moderno e aquele, no entender da teórica, produzidos com uma forma do século XIX.

Os dois discursos são, portanto, construções linguísticas em formas narrativas e a questão que alguns levantam para separa-los da verdade e da ficção são relativas, já que esses dois conceitos são determinados historicamente e socialmente. Dentro dessa relação de proximidade a metaficção historiográfica passou a refletir sobre como construímos o passado e por esse caminho “sugere que a verdade e a falsidade podem não ser mesmos os termos corretos para discutir a ficção” (HUTCHEON, 1988: 146) na interação entre o ficcional e o historiográfico. De forma geral, os dois são construções narrativas dependentes de intertextos do passado marcadas por escolhas ideológicas.

Ela caracteriza a metaficção historiográfica pela diferença das outras formas de romance histórico pelo fator da consciência. O discurso literário é marcado por uma autoconsciência e reflexividade para além de narrar sobre o passado pensar como é que conhecemos o passado. Algumas marcas dessas narrativas são: privilegiar múltiplos pontos de vista, repensar o passado não mais em termos contínuos e evolutivos, utilização da paródia, da intertextualidade.

Na dissertação da teórica ela aproxima as duas áreas como formas narrativas de pensar o passado. A problemática no seu texto é admitir que a leitura sobre o passado seja feita apenas a partir de migalhas textuais, concordamos que construímos narrativas sobre o a passado pelas migalhas que nos são disponíveis, mas não concordamos que elas são apenas textuais, pois existe uma cultura material e uma oral a disposição, inclusive essa abertura a fontes não textuais é uma das marcas do discurso histórico científico ou literário pós-moderno.

A *nova história* é definida por Le Goff pelo aparecimento de novos problemas, métodos e objetos a partir de uma relação interdisciplinar com outras ciências sociais como a antropologia. Numa busca da história total os historiadores passaram a levar em conta novas fontes e novas perspectivas permitindo estudos de longa duração enfocando nas mentalidades, de curta duração – como a micro história – e de história oral. São duas revoluções uma nos objetos trabalhados e outra nas fontes compreendendo o documento de formas diferentes.

Peter Burke lê esses novos posicionamentos no prisma da nova historia cultural em *O que é história cultural* no qual ele busca traçar um caminho da historiografia. Em especial nos interessa a parte em que se dissertar sobre a virada em direção à antropologia. Essa virada foi estabelecida por historiadores que passaram a tomar o termo cultura num sentido amplo tomando de empréstimo conceitos da antropologia. Isso auxiliou na mudança de paradigma de pensar a cultura na esfera culta da elite para pensa-la no cotidiano, nos valores e modos de vida.

Em conjunto com esses movimentos a reflexão também levou em conta o aspecto micro coma “micro-história”. Para o que nos interessa aqui podemos pensa-la em aproximação coma metaficção historiográfica pela questão da narrativa e pelas escolhas de enfatizar o regional em oposição às narrativas da história tradicional.

Sobre a marginalidade no discurso histórico trabalhamos com Jean-Claude Schmitt. Ele relaciona a ideia de marginal à tomada de consciência e de palavras de grupos que anteriormente não eram levados em consideração. Essa marginalidade pode ter fundamentos em critérios econômicos, sociais, culturais, ela pode ser transitória ou não, voluntaria ou não e positiva ou não. Em suma, cabe dizer que não é plausível ver como de forma unitária e sim pelo viés de um pluralismo de diferentes indivíduos e grupos que foram marginalizados na história e contemporaneamente, em níveis diferentes, passaram a ser objeto de estudo.

Em conjunto com essa abordagem também utilizamos o conceito de identidade será a partir das reflexões de Boaventura de Sousa Santos que estuda como as identidades culturais foram utilizadas e criadas desde o fim do medievo até a contemporaneidade, considerando a época de produção do texto. Também traremos o conceito a partir de Bourdieu na sua definição de regionalismo na luta pela sua definição.

Para o autor as identidades não são “rígidas nem, muito menos imutáveis” (BOAVENTURA, 1995:135), já que são “identificações em curso” (BOAVENTURA, 1995:135). Elas são organizadas pelas diferenças e pelas distinções. Junto a isso surgem os interesses de diferentes grupos sociais os quais buscam pra si a definição de uma região, de um povo e do outro. É necessário notar que durante esse espaço temporal percebe-se a manutenção de duas estruturas: a dominação capitalista com sua lógica do consumismo e o Estado Liberal o qual surge como um super-sujeito para regulamentar as relações sociais e dizer o que é certo e errado juridicamente, não esquecendo que o surgimento do Estado Liberal foi intimamente

ligado ao crescimento do capitalismo. Relacionado ao conceito e a aplicação dele para a realidade portuguesa o autor utiliza o conceito de zona fronteiriça como “uma metáfora que ajuda o pensamento a transmutar-se em relações sociais e políticas” (BOAVENTURA, 1995:155).

Bourdieu vê o conceito no ambiente de luta. Num momento nas áreas do saber pela definição do conceito considerando que economia, geografia por exemplos constroem de forma diferente em outro pela questão linguística. O que nos interessa é como ele entende o conceito envolvido nas questões de poder no espaço regional, já que ele se legitima a partir de uma luta pela classificação a qual também é pela definição, por um grupo, da identidade regional. O que importa é impor uma visão do mundo social através de princípios de divisão¹, ou seja, o regionalismo – ou o nacionalismo – é um caso de luta simbólica.

Está em jogo, a conservação ou transformação das relações simbólicas e das vantagens dessa natureza ou econômicas. A motivação está na apropriação dessas vantagens associadas à posse da identidade regional a qual é possível de ser publicamente reconhecida.

A região, nessa visão, existe como espaço estigmatizado, já que é definida pela sua distância do centro. A concentração econômica no centro leva à reivindicação regional. Assim, existir não é apenas ser diferente do centro, mas ser reconhecido como diferente. Almejando a afirmação oficial da diferença, porque “existir socialmente é também ser reconhecido como distinto” (BOURDIEU, 1989:118).

Outro fator é a natureza performativa do discurso regionalista, pois impõe como legítima uma nova definição das fronteiras e faz reconhecer a região com essa delimitação. Ele é eficaz no sentido de pretender fazer sobreviver o que está sendo enunciado, sendo que é aceito a proporção da autoridade daquele que fala.

Com essas definições passaremos a interpretar as personagens Gita e Amélia a luz dessas perspectivas. A primeira é a narradora da primeira e da terceira parte do livro, ela vive num ambiente multicultural de pai africano branco, mãe portuguesa e com o mundo negro a sua volta o qual ela abraça. A segunda é trabalhada com mais atenção na segunda parte: ela é uma portuguesa que foi para a África se casar em busca de uma vida melhor.

Entendemos Gita como um personagem marginal em vista da história pela sua proximidade com os silenciados, esquecidos da história tradicional. Ela vive na margem da sociedade branca e rica de Moçambique colonial, filha de africano branco pobre com portuguesa pobre, narra seu discurso sobre essa sociedade a partir desses mundos.

Gita possui uma visão idealizada sobre Moçambique na primeira parte e na terceira com um discurso politizado vinculado a independência. No início a casa branca que representa a cultura do colonizador vincula-se a figura de Amélia e a casa preta representando a África

¹Autor chama de “di-visão”.

vincula-se ao pai e a Lóia. “No embate entre os dois espaços acima, torna-se evidente a diferença cultural entre as duas nações e o papel do colonizador em terra ocupada.” (BENEVENUTO, 2007:5). Essa diferenciação também se estende para o jardim que se transforma em matagal: “O jardim tornou-se um matagal” (GERSÃO, 2004:5). O jardim é o mundo racionalmente organizado na lógica ocidental de alterar a natureza a partir das necessidades dos homens e o matagal é o mundo selvagem do colonizado não civilizado na ótica do português.

Na terceira parte Gita continua a ver a divisão entre o mundo branco e o negro, entretanto podemos perceber novos elementos que se complementam com a visão da infância ou acrescentam. O lado branco é narrado vinculado à riqueza em oposição ao negro:

Chegou entretanto a época das chuvas e como sempre a cidade ficou partida ao meio, foi bênção de um lado e maldição do outro: a chuva lavava os prédios e as ruas, regava os jardins e fazia nascer flores na cidade dos brancos, e abria feridas profundas na cidade dos negros, convertida em pântano. (GERSÃO, 2004:28)

Novamente surge a palavra jardins para representar o “grau” de civilização do mundo branco e dessa vez o negro caracterizado como pântanos. Nessa dicotomia a Igreja surge como um espaço que poderia congregar os dois mundos, mas a narradora se depara com o que ela chama de “espetáculo”:

Era isso o que lhes importava, esse espetáculo era a missa. Apesar do ar compuncto, concentrado e quase humilde que punham na altura da confissão e comunhão. Mas era tudo impostura e fingimento, iam lá não para se sentirem iguais aos outros, mas para afirmarem a sua posição de privilégio, e saíam de lá para continuarem a viver da mesma forma, para que haviam de mudar alguma coisa se tudo estava tão bem organizado assim, eles reinando e os outros servindo, agora e para sempre amém (GERSÃO, 2004:161).

Mas esse mundo negro que Gita diz desde o início da narrativa fazer parte: “eu pertencia à casa preta e ao quintal” (GERSÃO, 2004: 5) também sofre críticas quando a narradora diz que “também há coisas para mudar em África” (GERSÃO, 2004:135) e fala a Roberto sobre o ódio entre os negros e o a forma como as mulheres são tratadas.

Os ódios entre negros, por exemplo, ou a forma como as mulheres são tratadas: carregam os filhos, a água, a lenha, o homem ao lado, a caminhar como um rei, e ela carregando tudo, como burro de puxar carroça. Trabalham de sol a sol e

quando calha são espancadas pelos homens, às vezes casam sem amor, só porque convém à família, e depois a melhor comida é para o marido: quando ele se senta à mesa ela não se senta com ele, come depois os restos, e se for o caso também a sogra manda nela e lhe bate. Por isso às vezes acontecem coisas, as mulheres fogem, deitam-se ao rio, vão procurar os crocodilos, enforcam-se nas árvores ou fogem mato a dentro até caírem de fome de sede e de cansaço. Ou são abandonadas, com os filhos, porque os homens vão para norte ou para sul, à procura de melhor vida, o que também pode ser um alibi, quando os homens são irresponsáveis como crianças e querem tornar a fazer vida de solteiro. Ou são várias mulheres de um só homem e têm de se entender todas entre si, mesmo quando morrem de ciúme da que ele procura mais, ou da que acabou de ter um filho. (GERSÃO, 2004:135, 136)

A África é caracterizada pelo tamanho em comparação ao Portugal o que leva a diminuição para a cultura africana da importância do indivíduo. Como Gita fala que com a África aprendeu a pequenez do ser humano, que não somos nada comparado a vastidão dessa paisagem. Com isso ela novamente volta-se a Laureano que “... sempre viveu desse modo, e eu compreendo-o. Essa é uma sabedoria milenar. Assim como aprendi com África que a verdadeira vida é vagarosa. São os mortos que têm pressa. E os loucos.” (GERSÃO, 2004:135)

Sobre Portugal a narradora entende ser um local de repressão que não dialoga com os africanos. Mas ela tem a esperança de no futuro ver isso mudar “Um país mal governado. Mal pensado. Mas podia-se fazê-lo explodir, para o obrigar a pensar tudo de novo” (GERSÃO, 2004:156).

O mundo do colonizador representa a repressão seja política, economia ou social e o do colonizado, apesar de sofrer críticas é visto como o espaço de que ela faz parte e dessa forma vinculado à liberdade e independência que é buscada tanto para Moçambique quanto para ela. Quando ela migra para Portugal sabe que lá será o diferente, o imigrante.

A prima de África terá naturalmente de ajudar no serviço da casa, e para que isso vá sendo sugerido desde já lhe oferecemos lugar no quarto da outra, que também ajuda no serviço da casa - porque é claro que quem vem de fora e se acolhe por favor a bem dizer não possui quaisquer direitos e tem de merecer o seu pão servindo os que estão dentro - A vida estreita e pasmada, a falta de ar e de espaço no país-casa-das-primas. Seja como for, não tenho alternativa. Não tenho alternativa. (GERSÃO, 2004:156)

Gita é interpretada como uma voz silenciada da história pela sua condição social de não fazer parte da elite na África e de se africana em Portugal, o discurso histórico é construído ao

fundo de suas ações. Na questão histórica a narradora denuncia a condição de pobreza em que os negros vivem e a exploração da metrópole sob a colônia. Na busca pela sua identidade Gita mostra ao leitor uma história não do dominador e sim pela perspectiva multicultural de que ela é produto. Assim como a metaficção historiográfica na América Latina e a nova história buscaram trazer a voz do silenciado a narrativa traz a voz ficcional desses silenciados pela opressão do colonialismo português e pela elite.

Amélia da mesma forma pode representar os silenciados na narrativa. Ela é uma portuguesa que vai a África em busca de uma vida melhor com mais dinheiro. Essa personagem também se envolve com a história moçambicana no contexto cultural.

Em Moçambique ela sente-se a margem do mundo africano distanciando-se ao máximo para não se contaminar com a diversidade cultural. A África não conseguiu suprir suas expectativas por isso nega qualquer tipo de envolvimento com a cultura do outro. Entretanto, a cultura portuguesa vinculada ao seu jardim, ao seu trabalho de costureira também é marcada pela divisão não só entre brancos e negros, mas também entre os ricos e os pobres. Situação que ela não consegue alterar nem em Portugal nem na África. Amélia é colocada no lugar do colonizador que não entende a cultura diferente e por isso passa a negá-la. Gita se coloca no lugar do colonizado que se entende explorado pela metrópole que lhe nega uma autonomia.

Ela é marginal no sentido histórico por não ser o ideal de conquistador português que vai a busca de riqueza na África. Esse é seu objetivo, visto que sua condição social economicamente falando não se altera. Ela não é o conquistador que domina e explora as riquezas, já que é a África que a domina que a cerca, podemos voltar a passagens do jardim cercando o mundo branco de Amélia no início do romance. Com Amélia o leitor vê o silenciado do lado da metrópole aquele que não faz parte da burguesia ou do exercito.

Com essas personagens é apresentada ao leitor uma Moçambique colonial pelos olhos dos silenciados da história. A focalização esta no encontro entre os mundos brancos e negros, nas praticas culturais do mundo negro, na diferenciação de classes e na busca pela independência e identidade do país.

Nessa ultima questão o conflito das duas para definir sua identidade é também o conflito português e africano no mundo pós-colonial. Pensando que a história é escrita a partir de perguntas do presente tanto Gita como Amélia são construídas no passado para responder problemáticas de um Portugal no conflito entre ser país² central ou semiperiférico, em estar ao

²O romance esta inserido num contexto em que Portugal busca deixar de ser, como o classifica Boaventura, um país semi-periférico para ser um europeu assim como os demais. Nesse “novo” Portugal – da mesma forma que a maioria dos países desenvolvidos – se fechou a entrada para os imigrantes brasileiros e africanos. Entretanto, “a transnacionalidade do espaço colonial transfere-se para a transnacionalidade intereuropeia, sem que Portugal deixe de ser uma localidade relativamente periférica, vertiginosamente parado na zona fronteiriça”. (BOAVENTURA, 1995:155). O país se mantém como

lado de seus vizinhos ou de suas antigas colônias a mesma pergunta que Gita se faz para descobrir a qual mundo faz parte também é motivo de reflexão por autores portugueses como Boaventura na contemporaneidade.

A árvore das palavras não comporta apenas essa interpretação, é possível pensa-lo em outras perspectivas. Já a escolhida nesse texto buscou aproximar o discurso literário desse romance com os discursos da nova história e da metaficção historiografia sem a pretensão de classificar o que é ou não a narrativa e com o intuito de aproximar os silenciados pela história tradicional com as personagens citadas.

REFERÊNCIAS

AINSA, Fernando. "Nueva novela histórica y relativización del saber historiográfico". Habana : La Casa de las Américas, Enero-Marzo, 1996.

BENEVENUTO, Aparecida de Fátima Bosco. *A árvore das palavras*, romance de consciência identitária. *Revista Crioula* nº 2. São Paulo: USP. (Versão eletrônica, <http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/crioula/edicao/edicao02.php>, acessado em 5 de maio de 2010 as 15 horas)

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GERSÃO, Teolinda. *A Árvore das palavras*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: “o passado do tempo passado” In: *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

periférico em comparação as principais nações europeias como França e Alemanha e com deus paradoxos de heterogeneidade da cultura nacional.

RODRIGUES, Inara de Oliveira. O Espaço Incomunicável em A Árvore das Palavras, de Teolinda Gersão. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Retirado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/615/446> acessado em 10 de outubro de 2010.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Schwarcz, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade e a cultura de fronteira. In: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (org). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.